

LAGHETTO HÓTEIS LTDA.

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro
de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista

90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil

Telefone +55 (51) 3327-0200

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e quotistas da
Laghetto Hotéis Ltda.
Gramado – Rio Grande do Sul**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Laghetto Hotéis Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Laghetto Hotéis Ltda. (Empresa) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme notas explicativas 4.j e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Empresa possui em 31 de dezembro de 2023 ativo imobilizado no montante de R\$ 29.255 mil na controladora (R\$ 18.744 mil em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 29.721 mil no consolidado (R\$ 18.744 mil em 31 de dezembro de 2022) e reconheceu durante o exercício despesas com encargos de depreciação no montante de R\$ 2.420 mil na controladora e no consolidado (R\$ 1.361 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Até a data de conclusão dos nossos trabalhos não obtivemos acesso ao controle patrimonial que forneça subsídios para análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõe as respectivas rubricas do imobilizado, bem como comprovação documental do custo contábil registrado. Consequentemente, foi impraticável para nós quantificar os possíveis efeitos desse assunto sobre o balanço patrimonial em 31 de

dezembro de 2023, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e,

com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de junho de 2024

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC SP-023228/F-5



André Luiz de Godoy

Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

Laghetto Hotéis LTDA

Balanços Patrimoniais em 31 dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

Ativos	Controladora		Consolidado		Passivos	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
Ativo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa									
5	26.272	11.281		26.306	11.281	12	16.871	18.672	16.886
6	36.178	35.925		36.178	35.925	13	8.461	5.105	8.461
Adiantamentos concedidos	7	6.832	7.791	6.832	7.791	14	5.161	3.817	5.161
Estoques		500	443	500	443	15	1.750	1.592	1.755
Impostos a recuperar	8	1.451	836	1.451	836		166	-	166
Imposto de renda e Contribuição Social		778	779	778	779	18	8.677	6.246	8.677
Despesas antecipadas		589	274	589	274	16	474	1.205	474
Partes relacionadas	11	9.102	-	9.102	-	17	12.721	15.096	12.721
Total do ativo circulante		81.702	57.329	81.736	57.329	10	9.090	13.834	9.090
							323	1.480	323
									1.480
Ativo não circulante									
Realizável a longo prazo									
Outros ativos		134	214	134	214	13	24.097	9.600	24.097
Aplicações financeiras	13	657	1.508	657	1.508	16	393	890	393
Partes relacionadas	11	4.182	-	4.182	-	19	985	726	985
Depósitos judiciais		205	158	205	158	10	46.275	44.712	46.275
Investimentos		480	-	-	-		-	2.680	-
Imobilizado	9	29.255	18.744	29.721	18.744				2.680
Direito de uso	10	48.201	53.472	48.201	53.472				
Intangível		475	539	475	539				
Total do ativo não circulante		83.589	74.635	83.575	74.635				
Total do ativo		165.291	131.964	165.311	131.964	Total do passivo e patrimônio líquido		165.291	131.964
									165.311
									131.964
Passivo circulante									
Fornecedores									
	12	16.871							18.672
Empréstimos e financiamentos	13	8.461	5.105						5.105
Obrigações sociais e trabalhistas	14	5.161	3.817						3.817
Obrigações fiscais	15	1.750	1.592						1.592
Imposto de renda e contribuição social		166	-						-
Participação de sócio participante	18	8.677	6.246						6.246
Parcelamentos fiscais	16	474	1.205						1.205
Adiantamentos de clientes	17	12.721	15.096						15.096
Arrendamentos a pagar	10	9.090	13.834						13.834
Outras contas a pagar		323	1.480						1.480
Total do passivo circulante		63.694	67.047						63.714
									67.047
Passivo não circulante									
Empréstimos e financiamentos									
	13	24.097	9.600						9.600
Parcelamentos fiscais	16	393	890						890
Provisão para contingências	19	985	726						726
Arrendamentos a pagar	10	46.275	44.712						44.712
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.680						2.680
Total do passivo não circulante		71.750	58.608						71.750
									58.608
Total do passivo									
	20								
Capital social		15.000	10.000						10.000
Reserva de Lucros		14.847	-						14.847
Prejuízos acumulados		-	3.691						3.691
Total do patrimônio líquido		29.847	6.309						29.847
									6.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Laghetto Hotéis LTDA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	275.272	207.580	275.272
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(172.180)	(125.895)	(172.180)
Lucro bruto		103.092	81.685	103.092
Receitas (despesas) operacionais	23			
Despesas comerciais		(19.819)	(12.758)	(19.822)
Despesas administrativas		(32.304)	(28.657)	(32.320)
Resultado de equivalência patrimonial		(20)	-	-
Participação de sócio participante		(11.030)	(9.904)	(11.030)
Despesas com impairment		(266)	(687)	(266)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(112)	29	(112)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		39.541	29.708	39.541
Receitas financeiras	24	1.743	373	1.746
Despesas financeiras	24	(16.546)	(9.913)	(16.549)
Despesas financeiras líquidas		(14.803)	(9.540)	(14.803)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		24.738	20.168	24.739
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	-	(1)
Lucro líquido do exercício		24.738	20.168	24.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Laghetto Hotéis LTDA

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	24.738	20.168	24.738	20.168
Resultado abrangente para o exercício	<u><u>24.738</u></u>	<u><u>20.168</u></u>	<u><u>24.738</u></u>	<u><u>20.168</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Laghetto Hotéis LTDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.000	-	(23.859)	(22.859)
Aumento do capital social	9.000	-	-	9.000
Lucro líquido do exercício	-	-	20.168	20.168
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.000	-	(3.691)	6.309
Lucro líquido do exercício	-		24.738	24.738
Aumento do capital social	5.000	-	(5.000)	0
Lucros distribuídos	-		(1.200)	(1.200)
Constituição de reserva de lucros		14.847	(14.847)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.000	14.847		29.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Laghetto Hotéis LTDA

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	24.738	20.168	24.738	20.168
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades:				
Depreciação e amortização	2.602	1.867	2.602	1.867
Participação de sócio participante	11.030	9.904	11.030	9.904
Provisões trabalhistas e cíveis	799	295	799	295
Provisões diversas	-	(16)	-	(16)
Juros sobre empréstimos	4.538	553	4.538	553
Juros de arrendamentos	9.065	8.130	9.064	8.130
Depreciação de direito de uso	7.709	6.788	7.710	6.788
Baixas do ativo imobilizado	-	33	-	33
Aplicação para garantias	(76)	-	(76)	-
	60.405	47.722	60.405	47.722
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber	(253)	(7.412)	(253)	(7.412)
Estoques	(57)	(315)	(57)	(315)
Adiantamentos	959	(7.053)	959	(7.053)
Impostos a recuperar	(614)	(817)	(614)	(817)
Depósitos judiciais	(47)	(124)	(47)	(124)
Partes relacionadas	(4.000)	-	(4.000)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	(1.244)	(2.535)	(749)	(2.535)
	52.295	34.338	53.227	34.338
Variação nos ativos e passivos:				
Fornecedores	(1.801)	4.788	(1.786)	4.788
Adiantamento de clientes	(2.375)	(1.543)	(2.375)	(1.543)
Obrigações fiscais	324	(701)	324	(701)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.344	2.477	1.344	2.477
Parcelamentos fiscais	(1.228)	(546)	(1.228)	(546)
Outros passivos circulantes e não circulantes	882	397	1.304	397
	52.295	34.338	53.227	34.338
Pagamento de juros sobre empréstimos	(4.604)	(1.346)	(4.604)	(1.346)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(9.089)	(9.687)	(9.089)	(9.687)
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.109)	-	(2.109)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades Operacionais	38.602	21.196	39.534	21.196
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Em imobilizado	(13.049)	(11.819)	(13.515)	(11.819)
Mútuos - partes relacionadas	(9.284)	-	(9.284)	-
Resgate de aplicação financeira	508	-	76	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(21.825)	(12.284)	(22.723)	(12.284)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos - principal	(9.669)	(6.656)	(9.669)	(6.656)
Empréstimos tomados	27.588	9.000	27.588	9.000
Pagamento de arrendamentos - principal	(5.595)	(3.723)	(5.595)	(3.723)
Pagamento mútuos e devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	(2.680)	(6.701)	(2.680)	(6.701)
Aumento de capital social	-	8.370	-	8.370
SCP - lucros distribuídos e transferência sócio participante	(10.230)	(5.392)	(10.230)	(5.392)
Lucros distribuídos	(1.200)	-	(1.200)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(1.786)	(5.102)	(1.786)	(5.102)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.991	3.810	15.025	3.810
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	11.281	7.471	11.281	7.471
No final do exercício	26.272	11.281	26.306	11.281
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.991	3.810	15.025	3.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Empresa LAGHETTO HOTEIS LTDA, situada na Rua Coronel João Correa, número 287, sala 05, centro de Gramado-RS foi fundada em 22/10/2013 com o principal objetivo de gestão e administração de empreendimentos hoteleiros, atuando também na área de restaurantes e preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativos, de acordo com seus documentos constitutivos.

A seguinte controlada da Companhia está incluída nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

LAGHETTO SPE AEROPORTO PORTO ALEGRE LTDA.

Tem por objeto a construção de empreendimento hoteleiro na cidade de Porto Alegre, junto ao Aeroporto Internacional Salgado Filho.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de junho de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeito significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 – Prazo de arrendamento: se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer ou não opções de prorrogação;
- Nota explicativa 20 – Reconhecimento de receita: se a receita de prestação de serviços, venda de mercadorias, e locações de imóveis são reconhecidas ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 – Critérios para definição da vida útil dos ativos imobilizados; e teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Notas explicativas 18 - Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitudes saídas de recursos.

c. Mensuração do valor justo:

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, A Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem operações da e da controlada, cujo percentual está abaixo representado:

Controlada	País	Participação total	
		2023	2022
Laghetto SPE Aeroporto Porto Alegre Ltda	Brasil	100%	100%

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

As obrigações da Empresa perante os sócios participantes são reconhecidas como passivos financeiros, mensurados a valor justo por meio do resultado.

4 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

1.1 Bases de consolidação

a. Controlada

A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A descrição da controlada está apresentada na Nota Explicativa 2.

a. Instrumentos financeiros

(i) Instrumentos financeiros - Reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa despreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Quaisquer participações que sejam criadas ou retidas pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidas como um ativo ou passivo separado.

A Empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa despreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Empresa tem os seguintes ativos e passivos financeiros: equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, outras contas a receber e outras contas a pagar.

(ii) Mensuração subsequente dos instrumentos financeiros

No seu reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo custo amortizado.

Contas a receber e outras contas a receber

Tais ativos financeiros possuem pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Fornecedores e Outras contas a pagar

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Comissões e honorários a pagar

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de provisionar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da provisão com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

b. Estoque

Composto por alimentos e bebidas, materiais de limpeza e consumo, *amenities* e materiais de manutenção são contabilizados pelo custo histórico ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas de vendas.

c. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através da melhor estimativa para desembolso de caixa futuro.

(i) Provisão para contingências

A Empresa provisiona desembolsos futuros com causas trabalhistas, tributárias e cíveis. A estimativa considera a avaliação da administração e de seus assessores legais para determinação da expectativa de perda em cada ação na qual a Empresa figura como ré. Apenas são provisionadas perdas consideradas prováveis

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receita operacional

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela hospedagem, comercialização de produtos, aluguel de espaços, prestação de serviço de estacionamento e eventos, no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

(i) Serviços de hospedagem

A receita de serviços de hospedagem prestados é reconhecida no momento em que as obrigações de performance são satisfeitas, com base nas diárias, que considera a data efetiva em que o cliente permanece hospedado no hotel.

(ii) Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo da locação.

(iii) Venda de alimentos e bebidas

A receita de venda de alimentos e bebidas é reconhecida quando a Empresa deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Empresa são prováveis, o que ocorre concomitantemente com a entrega do bem ao consumidor.

f. Custos e despesas

(i) Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

O custo dos serviços prestados inclui o custo de pessoal envolvido na prestação do serviço e custos indiretos à prestação do serviço de hospedagem.

O custo da mercadoria vendida compreende o custo das aquisições líquido dos impostos recuperáveis.

(ii) Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem as despesas com salários, publicidade e propaganda e a remessa de recursos por despesa de aluguel.

(iii) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas, incluindo compras e suprimentos, serviços de terceiros e taxas financeiras.

(iv) Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros de parcelamentos e empréstimos bancários.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas, na extensão que a Empresa seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de sua subsidiária individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Impostos sobre serviços e vendas de mercadorias de renda e contribuição social

As receitas de vendas de produtos e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	de 2,00% a 5,00%
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	de 3,50% a 17,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	de 3,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	de 0,65% a 1,65%

As receitas operacionais são apresentadas na demonstração de resultado, líquidas destes impostos.

ICMS

A Receita Estadual do Rio Grande do Sul disponibilizou o Regime Diferenciado de Apuração para os segmentos de bares, restaurantes e estabelecimentos similares, com o objetivo de estimular um dos setores mais impactados pela pandemia, previsto no Decreto nº 55.458 de 26/08/2020 e prorrogado até 31/12/2023 pelo Decreto 56.823 de 1º de janeiro de 2023, estabelece uma tributação simplificada com base na Receita Bruta, a partir de 1º de janeiro de 2021, as vendas realizadas diretamente ao consumidor final serão tributadas a uma alíquota de 3,5%, não gerando crédito por aquisição de mercadorias.

Tributos federais

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) foi instituído pela lei 14.148/21 e tem como finalidade incentivar a retomada do setor de eventos, que foi severamente afetado pelas medidas restritivas impostas em virtude da pandemia de Covid-19.

Em 2021 o artigo 4º foi vetado pelo Presidente da República, porém, em 18/03/2022 ele foi promulgado, beneficiando assim o setor da hotelaria onde as receitas de hospedagem estão com alíquotas de 0% de Pis e Cofins e o resultado apurado da hotelaria, tem seu lucro tributável com alíquota 0% de Imposto de Renda e de 0% de Contribuição Social.

Este benefício tem validade até dezembro de 2026, conforme Lei 14.592 de 30 de maio de 2023.

j. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Móveis e utensílios – 10%
- Máquinas e equipamentos – 10%
- Computadores e Periféricos - 20%
- Veículos – 20%
- Instalações – 4%
- Benfeitorias em Imóveis de Terceiros – 4%

k. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- (i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- (ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- (iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- (iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e aplicações com vencimento original de até 90 dias a partir da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2023 as aplicações financeiras possuem rentabilidade média entre 70% e 98% do CDI (Em 2022 - 90% a 100% do CDI). A exposição da Empresa a riscos de crédito e taxas de juros é divulgada na nota explicativa nº 26.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	276	191	276	191
Bancos conta movimento	157	96	157	96
Aplicações financeiras	25.839	10.994	25.873	10.994
Total	26.272	11.281	26.306	11.281

6 Contas a receber

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Clientes nacionais	9.215	8.460
Cartões de crédito	27.029	27.465
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66)	-
Total	36.178	35.925

O “aging list” do saldo apresentado nas demonstrações financeiras é composto conforme abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
A vencer	35.273	35.534
Vencidos até 30 dias	622	352
Vencidos entre 31 e 180 dias	96	39
Vencidos há mais de 180 dias	253	-
	36.244	35.925
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66)	-
Total	36.178	35.925

7 Adiantamentos concedidos

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Adiantamentos a funcionários	124	61
Adiantamentos a fornecedores (i)	1.199	2.988
Adiantamentos de condomínio (ii)	4.755	2.768
Antecipação de aluguel	-	1.547
Antecipação de diárias	565	-
Outros adiantamentos	189	427
Total	6.832	7.791

- i. A rubrica de adiantamentos a fornecedores registra valores para compra de equipamentos, material para reformas e benfeitorias nas unidades hoteleiras.
- ii. A rubrica de adiantamentos de condomínio registra valores antecipados referentes a taxa condominial para as seguintes unidades: Laghetto Chateau SCP e Golden Laghetto SCP nos respectivos valores R\$ 1.200 e R\$ 3.415 e também para as filiais Vita R\$ 69, Bento R\$ 1 e Toscana R\$ 70 para auxiliar no fluxo de caixa dos respectivos condomínios.

8 Impostos a recuperar

No ano de 2022 a Legislação Tributária Federal, instituiu o benefício do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) instituído pela Lei nº 14.148/2021 e que consiste em medidas para reduzir as perdas no setor de eventos oriundas do estado de calamidade pública devido a Pandemia de Covid 19.

Os benefícios abrangem os tributos sobre o Faturamento do Pis e Cofins bem como os tributos sobre o lucro (Impostos de Renda e Contribuição Social) reduzidos a alíquota zero.

Os saldos apresentados em 2023 compreendem os valores de créditos sobre os insumos na apuração não cumulativa.

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
I.S.S.Q.N.	4	4
ICMS	-	1
Imposto de renda retido na fonte	299	86
Pis e Cofins	1.097	718
Outros tributos a recuperar	51	27
Total	1.451	836

9 Imobilizado

CONTROLADORA Custo do Imobilizado	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.354	5.660	1.266	264	57	5.016	14.617
Adições	3.785	2.402	800	74	9	4.749	11.819
Baixas	(73)	(188)	(34)	(124)	-	(7)	(426)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.066	7.874	2.032	214	66	9.758	26.010
Adições	3.172	1.494	587	(47)	577	7.266	13.049
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.238	9.368	2.619	167	643	17.024	39.059
Depreciação acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(1.109)	(2.515)	(966)	(11)	(23)	(1.168)	(5.792)
Adições	(378)	(711)	(214)	(25)	(10)	(529)	(1.867)
Baixas	48	87	23	25	4	206	393
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.439)	(3.139)	(1.157)	(11)	(29)	(1.491)	(7.266)
Adições	(749)	(863)	(355)	(17)	(34)	(520)	(2.538)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.188)	(4.002)	(1.512)	(28)	(63)	(2.011)	(9.804)
Saldos líquidos em:							
31 de dezembro de 2022	4.627	4.735	875	203	37	8.267	18.744
31 de dezembro de 2023	7.050	5.366	1.107	139	580	15.013	29.255
Taxas médias anuais de depreciação	10%	10%	20%	20%	4%	4%	-

CONSOLIDADO	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em Andamento	
Custo do Imobilizado								Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.354	5.660	1.266	264	57	5.016	-	14.617
Adições	3.785	2.402	800	74	9	4.749	-	11.819
Baixas	(73)	(188)	(34)	(124)	-	(7)	-	(426)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.066	7.874	2.032	214	66	9.758	-	26.010
Adições	3.172	1.494	587	(47)	577	7.266	466	13.515
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.238	9.368	2.619	167	643	17.024	466	39.525
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(1.109)	(2.515)	(966)	(11)	(23)	(1.168)	-	(5.792)
Adições	(378)	(711)	(214)	(25)	(10)	(529)	-	(1.867)
Baixas	48	87	23	25	4	206	-	393
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.439)	(3.139)	(1.157)	(11)	(29)	(1.491)	-	(7.266)
Adições	(749)	(863)	(355)	(17)	(34)	(520)	-	(2.538)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.188)	(4.002)	(1.512)	(28)	(63)	(2.011)	-	(9.804)
Saldos líquidos em:								
31 de dezembro de 2022	4.627	4.735	875	203	37	8.267	-	18.744
31 de dezembro de 2023	7.050	5.366	1.107	139	580	15.013	466	29.721
Taxas médias anuais de depreciação	10%	10%	20%	20%	4%	4%	-	-

10 Direito de uso e arrendamentos a pagar

A Empresa atua como arrendatária em contratos. A Empresa reconheceu esses contratos, de acordo com o CPC 06 (R2) no balanço patrimonial, como direito de uso e passivo de arrendamento. Para esses contratos a taxa de desconto utilizada é de 8,80% a 21,27% ao ano. A movimentação do direito de uso e do arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

Ativo - Direito de uso -arrendamentos	Controladora e Consolidado
Saldo inicial - 1º/01/2022	43.096
Alterações/novos contratos	17.164
Depreciação	(6.788)
Saldo final – 31/12/2022	53.472
Alterações/novos contratos	2.438
Depreciação	(7.709)
Saldo final – 31/12/2023	48.201
 Passivo – arrendamentos a pagar	
Saldo inicial - 1º/01/2022	46.662
Alterações/novos contratos	17.164
Provisão juros	8.130
Pagamento principal	(3.723)
Pagamento juros	(9.687)
Saldo final – 31/12/2022	58.546
Circulante	13.834
Não circulante	44.712
Alterações/novos contratos	2.438
Provisão juros	9.065
Pagamento principal	(5.595)
Pagamento juros	(9.089)
Saldo final – 31/12/2023	55.365
Circulante	9.090
Não circulante	46.275

11 Partes relacionadas

A Empresa realizou operações com partes relacionadas conforme abaixo:

	Circulante		Não circulante	
	2023	2022	2023	2022
Boettcher e Spieker Administração e Participações	21	-	-	-
Laghetto Patrimonial	9.013	-	-	-
LSRG Resort SPE Ltda	31	-	1.969	-
SCI Resort SPE Ltda	31	-	1.969	-
Laghetto Multipropriedade e Incorp Ltda	5	-	245	-
	9.102	-	4.182	-

Nas operações com partes relacionadas realizadas a mutuante disponibilizou importância pecuniária, sob forma de empréstimo com atualização pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) + 0,4099% ao mês. Prazo de 60 meses e carência de 12 meses.

12 Fornecedores

Os valores constantes neste grupo, tratam de obrigações geradas pela compra de bens ou contratação de serviços, para manutenção dos serviços prestados pela Empresa e ficam neste grupo indicando a obrigação do seu pagamento. Fundo de reserva são os valores retidos dos proprietários das unidades hoteleiras, para investimentos e manutenções futuras nos empreendimentos, conforme acordado em cada contrato.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores serviços	1.834	1.749	1.849	1.749
Fornecedores alimentos e bebidas	3.314	3.483	3.314	3.483
Fornecedores produtos	5.347	7.960	5.347	7.960
Alugueis	6.376	5.480	6.376	5.480
Total	16.871	18.672	16.886	18.672

13 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Taxa ao ano	Vencimento final	Controladora e consolidado	
				2023	2022
Capital de giro	R\$	19,42%	24/11/2025	3.805	2.870
Capital de giro	R\$	19,56% + CDI	10/12/2025	-	420
Capital de giro	R\$	21,27%	19/11/2027	12.260	7.960
Capital de giro	R\$	11,99%	28/04/2024	97	455
Capital de giro	R\$	19,53% + CDI	29/12/2025	2.440	3.00
Capital de giro	R\$	19,84%	22/03/2026	2.308	-
Capital de giro	R\$	18,78% + CDI	15/04/2027	5.600	-
Capital de giro	R\$	17,46%	22/12/2027	6.048	-
Total				32.558	14.705

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Circulante	8.461	5.105
Não circulante	24.097	9.600
Total	32.558	14.705

Garantias

Os empréstimos e financiamentos possuem como garantia determinadas aplicações financeiras, aval dos sócios e contas a receber de cartões de créditos.

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 657 (em 2022 - R\$ 1.508) estão em garantia nas operações de crédito junto aos respectivos bancos, e seu vencimento está vinculado ao prazo de quitação dessas operações.

Os valores garantidos em cartão de crédito totalizam o valor de R\$ 4.303 (Em 2022 – R\$ 2.412).

Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	13.154
Empréstimos tomados	9.000
Juros provisionados	553
Pagamento do principal	(6.656)
Pagamento dos juros	(1.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14.705
Empréstimos tomados	27.588
Juros provisionados	4.538
Pagamento do principal	(9.669)
Pagamento dos juros	(4.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.558

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora	
	2023	2022
Salários	1.242	1.047
Pró-labore	4	4
INSS	753	566
FGTS	214	153
Rescisões	17	2
Demais obrigações sociais e trabalhistas	27	26
Provisão de férias e encargos sociais	2.904	2.019
Total	5.161	3.817

15 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS	152	180	152	180
ISS	1.197	1.062	1.197	1.062
Pis e Cofins	50	1	50	1
Impostos retidos de terceiros (a)	246	260	250	260
Outros impostos a pagar	105	89	105	89
Total	1.750	1.592	1.754	1.592

- (a) Os impostos retidos estão compostos por Pis e Cofins retidos de fornecedores, IR retido de aluguéis e IR retido de folha de pagamento.

16 Parcelamentos fiscais

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
INSS	724	1.885
Pis e Cofins	143	210
Total	867	2.095
Circulante	474	1.205
Não circulante	393	890
Total	867	2.095

Em dezembro de 2019 a empresa realizou o parcelamento de INSS sobre folha de pagamento junto à Receita Federal, referentes ao período de março à junho de 2019. O parcelamento foi efetuado em 60 parcelas mensais, com vencimento a partir de dezembro de 2019, estes parcelamentos foram liquidados no decorrer de 2023.

Em agosto de 2020 a Empresa realizou o parcelamento dos impostos Pis, Cofins e INSS sobre a folha de pagamento junto à Receita Federal, referente ao período de fevereiro a maio de 2020. O parcelamento foi efetuado em 60 parcelas mensais, com vencimento a partir de agosto de 2020. A última parcela de pagamento ocorrerá em julho de 2025.

O valor total parcelado é de R\$ 1.916. Os encargos são reconhecidos mensalmente e as parcelas são contabilizadas na conta de passivo circulante, até a quitação total do débito.

Em dezembro de 2020 a empresa realizou o parcelamento de INSS sobre folha de pagamento junto à Receita Federal, referente ao período de abril à maio de 2020. O parcelamento foi efetuado em 60 parcelas mensais, com vencimento a partir de dezembro de 2020. A última parcela de pagamento ocorrerá em novembro de 2024.

O valor total parcelado é de R\$ 452. Os encargos são reconhecidos mensalmente e as parcelas são contabilizadas na conta de passivo circulante, até a quitação total do débito.

17 Adiantamentos de clientes

Refere-se a depósitos efetuados antecipadamente à chegada dos hóspedes, grupos e eventos e que ficam em aberto até a prestação dos serviços. Estes adiantamentos posteriormente serão convertidos em receita ou devolvidos em caixa ou equivalente de caixa.

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Adiantamentos de agências	1.041	2.942
Adiantamentos de eventos	-	2
Adiantamentos de locações	-	1.667
Clientes diversos	11.680	10.485
Total	12.721	15.096

18 Participação de sócios participantes

A Empresa é sócia ostensiva em três Sociedades em Conta de Participação (“SCP” ou em conjunto denominadas “SCP’s”), sendo elas a *Laghetto Hotéis Ltda. SCP Château Du Golden, Laghetto Hotéis Ltda. SCP Golden Gramado Resort* e *Laghetto Hotéis Ltda. SCP Stilo Borges*. As SCP’s são sociedades não personificadas.

Os ativos, passivos e resultados do exercício das SCP’s são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Empresa, que é a sócia ostensiva das SCP’s, aplicando-se as mesmas políticas contábeis mencionadas na nota explicativa 3. As obrigações da Empresa perante os sócios participantes são reconhecidas como passivos financeiros, mensurados a valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a participação dos sócios participantes era de 95% nas 3 SCP’s, representando um montante a pagar, respectivamente, de R\$ 8.677 e R\$ 6.246.

19 Provisão para contingências

a. Composição dos saldos

Na data das demonstrações financeiras, a Empresa apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora e consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas	167	79	693	284
Cíveis	38	79	292	442
Total	205	158	985	726

b. Movimentação dos saldos

A movimentação da provisão nos exercícios de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	593	593
Adições	295	295
Baixas	(162)	(162)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	726	726
Adições	799	799
Baixas	(540)	(540)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	985	985

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	34	34
Adições	154	154
Baixas	(30)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158	158
Adições	116	116
Baixas	(69)	(69)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	205	205

c. Natureza das contingências

Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa figura como ré em 51 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$ 693 (R\$ 284 em 31 de dezembro de 2022). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a nulidade da demissão, adicional insalubridade e horas-extras.

Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa figura como ré em 7 reclamações cíveis, sendo provisionado o montante de R\$ 292 (R\$ 442 em 31 de dezembro de 2022). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados ao direito do consumidor.

d. Perdas possíveis

Existem outros processos, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montante de R\$ 1.746 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.435 em 31 de dezembro de 2022) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

20 Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é de R\$ 15.000, composto de 15.000 quotas. (R\$ 10.000 composto de 10.000 quotas em 31 de dezembro de 2022). As quotas possuem valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

Em 29 de dezembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital social em R\$ 9.000.

Em 20 de dezembro de 2023 foi aprovado o aumento de capital social em R\$ 5.000, com a capitalização de lucros apurados no exercício.

21 Receita operacional líquida

A receita operacional da Empresa é composta por prestação de serviços, venda de mercadorias, locações de imóveis e rendas eventuais, os tributos são contabilizados como deduções destas receitas e originam a receita líquida, que segue demonstrada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Prestação de serviços	264.999	210.276
Venda de mercadorias	18.918	4.254
Locação de imóveis	1.252	1.209
Outras receitas	93	73
(-) Tributos sobre a receita (ICMS, ISS, PIS, COFINS)	(9.990)	(8.232)
Total	275.272	207.580

22 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Despesas com pessoal	39.034	27.716
Produtos de alimentação, higiene, limpeza e material de consumo	47.432	32.938
Despesas com água, energia e combustíveis	12.631	8.350
Despesas de comunicação	936	1.984
Despesas com aluguel e condomínio	60.904	45.367
Depreciação e amortização	2.420	1.361
Amortização arrendamentos	7.710	6.788
Outros custos	1.113	1.391
Total	172.180	125.895

23 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas comerciais				
Despesas com viagens	760	474	763	474
Despesas com propaganda e publicidade	3.557	2.347	3.557	2.347
Despesas com comissão de agências	11.739	7.256	11.739	7.256
Despesas com taxa de cartão de crédito	3.559	2.535	3.559	2.535
Despesas com material promocional	8	28	8	28
Despesas com aluguel	127	109	127	109
Outras despesas comerciais	69	9	69	9
Total	19.819	12.758	19.822	12.758

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas administrativas				
Despesas com pessoal	4.837	2.886	4.837	2.886
Despesas com serviços de terceiros	17.967	13.847	17.983	13.847
Despesas de conservação e manutenção de bens	2.904	2.079	2.904	2.079
Despesas com materiais de consumo	451	374	451	374
Despesas de comunicação	138	112	138	112
Despesas com indenização	119	565	119	565
Despesas com brindes e cortesias	837	388	837	388
Despesas com locação de equipamentos	239	215	239	215
Despesas com over Booking	-	894	-	894
Despesas com IPTU	2.997	2.231	2.997	2.231
Despesas com IPVA	3	2	3	2
Despesas com ECAD	458	450	458	450
Despesas com multas	17	565	17	565
Despesas tributárias	379	371	379	371
Outras despesas administrativas	958	3.678	958	3.678
Total	32.304	28.657	32.320	28.657

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	1.761	361	1.764	361
Juros ativos	64	30	64	30
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(82)	(18)	(82)	(18)
	1.743	373	1.746	373
Despesas financeiras:				
Descontos concedidos	(1.694)	(355)	(1.697)	(355)
Juros passivos	(153)	(533)	(153)	(533)
Juros financiamentos bancários	(4538)	-	(4538)	-
Despesas bancárias	(432)	(150)	(432)	(150)
I.O.F.	(73)	(4)	(73)	(4)
Multa e juros sobre impostos	(501)	(735)	(501)	(735)
Juros sobre arrendamento	(9.089)	(8.130)	(9.089)	(8.130)
Outras despesas financeiras	(66)	(6)	(66)	(6)
	(16.546)	(9.913)	(16.549)	(9.913)
Resultado financeiro, líquido	(14.803)	(9.540)	(14.803)	(9.540)

25 Tributos sobre o lucro

No ano de 2022 a Legislação Tributária Federal, instituiu o benefício do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) instituído pela Lei nº 14.148/2021 e que consiste em medidas para reduzir as perdas no setor de eventos oriundas do estado de calamidade pública devido a Pandemia de Covid 19.

Os benefícios abrangem, dentre outros, os tributos sobre o lucro (Impostos de Renda e Contribuição Social) reduzidos a alíquota zero. Desta forma a Empresa não possui expectativa de geração de lucros tributáveis e, portanto, não reconheceu impostos diferidos, conforme demonstrado abaixo:

Impostos diferidos não reconhecidos

Impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais não foram reconhecidos pois não se espera benefícios econômicos futuros, uma vez que, são anulados pela metodologia de apuração dos impostos sobre o lucro via Perse. Os prejuízos fiscais não possuem prazo para prescrição.

	2023		2022	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	-	-	838	285
Prejuízos fiscais	9.841	3.346	25.071	8.524
Total	9.841	3.346	25.909	8.809

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	24.758	20.168
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal nominal	(8.418)	(6.857)
Adições temporárias não reconhecidas no exercício	-	1.039
Exclusões temporárias não reconhecidas no exercício	-	(136)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	2.525	-
Equivalência patrimonial	-	(195)
Redução na alíquota de imposto – Perse	5.893	6.149
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Alíquota efetiva	-	-

26 Cobertura de seguros

A Empresa mantém apólices de seguros contratadas junto as principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura, no montante de R\$ 94.200 (Em 31 de dezembro de 2022 – R\$ 46.800) está assim demonstrada:

Bens segurados	Valor da cobertura	Riscos cobertos
Prédios e equipamentos	R\$ 92.000	Incêndio, explosão, danos elétricos, queda de aeronaves, vendavais
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 2.000	Danos morais e materiais com hóspedes
Veículos	R\$ 200	Danos materiais, danos corporais, acidentes pessoais e danos morais

Remuneração do pessoal chave da administração

A Empresa efetuou remuneração aos seus administradores, referentes à pró-labore no exercício de 2023, no montante de R\$ 1.218 (em 2022 - R\$ 1.199).

27 Políticas para gestão de risco financeiro

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais.

a. Instrumentos financeiros - Valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa avaliou seus principais ativos e passivos financeiros e concluiu que não há diferenças significativas entre o valor justo e valor contábil.

b. Gerenciamento de riscos

A Empresa é exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Empresa não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem as aplicações financeiras e os empréstimos a pagar.

A Empresa gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos à taxa fixa e à taxa variável. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras.

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Empresa e monitorado pela Diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Contas a receber

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito, e a Empresa considera que o risco de crédito junto às operadoras de cartões não é relevante. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber de clientes parceladas, a Empresa monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é monitorado diariamente pela área financeira da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Empresa.

c. Gestão do capital social

A Empresa administra a estrutura do capital e realiza ajustes considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023.

A Empresa inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, deduzindo caixa e equivalentes de caixa, como demonstrado abaixo:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	32.558	14.705
Fornecedores	16.871	18.672
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(25.440)</u>	<u>(11.281)</u>
Dívida líquida	23.989	22.096
Patrimônio líquido	29.795	6.309
Patrimônio líquido e dívida líquida	53.784	28.405

28 Eventos Subsequentes

No mês de maio de 2024 ocorreram no Rio Grande do Sul enchentes e alagamentos, o que influenciou diretamente o turismo na região da Serra Gaúcha e Capital do Estado do Rio Grande do Sul. A administração está avaliando periodicamente os efeitos desta calamidade em algumas operações hoteleiras, e até o momento, as unidades permanecem em operação.

A Investida LAGHETTO SPE AEROPORTO PORTO ALEGRE LTDA mantém seu contrato com a Fraport ativo, as obras foram retomadas em Junho, atuando principalmente na limpeza do terreno que está intoxicado pelas enchentes e refazendo a montagem da infraestrutura. A meta é até final de 2024 concluirmos 2 (duas) lajes do empreendimento. Estima-se um custo de R\$ 6 mil até o encerramento do exercício de 2024.